

Conselho Editorial da
área de Serviço Social

Ademir Alves da Silva
Dilséa Adeodata Bonetti
Elaine Rossetti Behring
Maria Lúcia Carvalho da Silva
Maria Lúcia Silva Barroco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Capitalismo em crise, política social e direitos / Ivanete
Boschetti...[et al.] (orgs.). — São Paulo : Cortez, 2010.

Outras organizadoras: Elaine Rossetti Behring, Silvana Mara
de Moraes dos Santos, Regina Célia Tamasso Mioto

Vários autores.

Apoio: CAPES/PROCAD, UnB, UERJ, UFRN, UFSC.
ISBN 978-85-249-1669-4

1. Capitalismo 2. Desigualdade social 3. Direitos sociais
4. Política social 5. Trabalho e classes trabalhadoras I. Boschetti,
Ivanete. II. Behring, Elaine Rossetti. III. Santos, Silvana Mara
de Moraes dos. IV. Mioto, Regina Célia Tamasso.

10-12001

CDD-361.25

Índices para catálogo sistemático:

1. Capitalismo e política social 361.25
2. Política social e capitalismo 361.25

Giselle Souza (jan/2011)

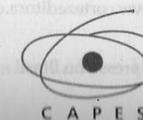
Ivanete Boschetti • Elaine Rossetti Behring
Silvana Mara de Moraes dos Santos • Regina Célia Tamasso Mioto
(Orgs.)

Sumário

Capitalismo em crise, política social e direitos

1. Crise do capital, fundo público e valor Elaine Rossetti Behring	13
2. Crise do capital e o socorro do fundo público Elaine Rossetti Behring	35
3. Os custos da crise para a política Ivanete Boschetti	64
4. O persistente estado de crise: nexos entre Estado, política social e cidadania no Brasil	101

Apoio
CAPES/PROCAD



1

Crise do capital, fundo público e valor

Elaine Rossetti Behring*

Introdução

O presente texto é o resultado¹ de um projeto intelectual acalentado há tempos e adiado pelas inúmeras tarefas acadêmicas e políticas nas quais estive envolvida nos últimos anos, e que finalmente tive condições de realizar, em função do suporte do Procad/Capes: reler *O capital*, de

* Este ensaio é um resultado do período de estágio de pesquisa pós-doutoral realizado no SER/UnB, na condição de professora pesquisadora colaboradora, por meio do Procad/Capes e com apoio da FSS/UERJ, através de licença sabática, entre os meses de março e agosto de 2008. Nesse sentido, torno públicos meus agradecimentos aos professores do Departamento de Política Social da FSS/UERJ e ao SER/UnB, especialmente a Potyara Pereira Pereira, coordenadora do Neppos/UnB e Rosa Stein (Chefe do Departamento). Agradeço também aos estudantes de graduação e pós-graduação que fazem parte do GOPSS/UERJ, muitos sendo meus orientandos, e que compreenderam e apoiaram este meu rápido afastamento, além de serem interlocutores preciosos. Este agradecimento é extensivo às(aos) companheiras do Cress 7ª Região, que também fortaleceram esse projeto ao não contarem comigo nos primeiros meses da gestão (2008/2011). Por fim, meu agradecimento muito especial à Ivanete Boschetti, pelo carinho, acolhimento, incentivo e troca naqueles meses de moradia na Colina.

1. Trata-se de um primeiro resultado, pois estamos preparando um ensaio teórico sobre a relação entre valor e fundo público, aprofundando alguns dos elementos que serão tratados nas páginas que seguem.

Karl Marx, na íntegra, de forma sequencial e sistemática. A necessidade dessa releitura decorreu de uma demanda objetiva dos caminhos da pesquisa que venho realizando acerca do papel do fundo público no capitalismo contemporâneo no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS/UERJ), realizando uma análise do orçamento público brasileiro, desde sua alocação até sua execução, cujos resultados vimos publicando em eventos científicos e profissionais, nacionais e internacionais. Trata-se agora de buscar e/ou aprimorar a apreensão dos fundamentos na crítica marxista da economia política para precisar a análise sobre o lugar estrutural do fundo público no capitalismo. Tais aportes estão localizados principalmente nos volumes II e III, quando Marx trata do capitalismo em geral e da repartição da mais-valia socialmente produzida.

Não existe, porém, nesse texto fundamental, um momento analítico sobre o fundo público e o Estado. Aliás, o termo fundo público aparece raríssimas vezes ao longo de todos os tomos. Afinal, nos tempos de Marx, este não tinha o mesmo peso quantitativo, ou seja, o Estado não extraía e transferia parcela tão significativa da mais-valia socialmente produzida e, ressaltamos desde já, não se apropriava do trabalho necessário como hoje vem se fazendo pela via tributária, especialmente na periferia do capital. O fundo público não possuía também nos tempos de Marx o papel qualitativo que passa a ter no capitalismo monopolista e imperialista, sobretudo com o keynesianismo após a Segunda Guerra Mundial. Na verdade o que se observa é que o fundo público assume tarefas e proporções cada vez maiores no capitalismo contemporâneo, diga-se, em sua fase madura e fortemente destrutiva, com o predomínio do neoliberalismo e da financeirização, não obstante todas as odes puramente ideológicas em prol do Estado mínimo, amplamente difundidas desde os anos 80 do século XX. Basta observar a reação capitalista à crise de 2008/2009, uma nítida crise estrutural do sistema, com a injeção de trilhões de dólares, euros e reais tendo em vista conter a espiral da crise, numa imensa socialização de custos, tão ou mais ampla que aquela desencadeada em 1929/1932. Os números são impressionantes e retomaremos o debate da crise atual na segunda seção deste trabalho.

Cabe, portanto, à crítica marxista contemporânea apanhar o conjunto de determinações objetivas e subjetivas que operam no capitalismo maduro e que implicam nesta dinâmica da valorização do capital, na qual interfere o fundo público. Qual é o sentido de retomar Marx, se queremos compreender os processos atuais? Nossa intenção, partindo do suposto marxiano de que o modo de produção capitalista é histórico, se modifica e complexifica, é buscar na crítica fundadora de Marx e na sua descoberta e sistematização da lei do valor e de seus desdobramentos na totalidade concreta da sociedade burguesa elementos para a compreensão do papel do fundo público, considerando que o capitalismo permanece orientado para a busca de superlucros, de valorização do capital e sua acumulação, por meio da produção de mais-valia, o que implica a permanência do valor-trabalho como determinação fundamental das relações sociais de produção e desenvolvimento das forças produtivas, com fortes implicações para as condições gerais da luta de classes.

Supondo a atualidade, ademais impressionante, de *O capital*, apesar de elementos necessariamente situados historicamente, trata-se de afinar a análise sobre o tema que inquieta e convoca: o significado do crescimento do fundo público e sua relação com o processo de valorização do capital, no contexto de uma crise sistêmica, estrutural, profunda e duradoura.

I. “... a caça apaixonada do valor...”² e sua relação com o fundo público

O volume I de *O capital* (Marx, 1988) faz diversas alusões poéticas relacionando o valor a uma pulsão visceral do capital — como uma paixão que modifica a vida dos seres humanos incontrolavelmente³ — para que se realize de forma plena o circuito $D - M - D'$, ou seja, o ciclo de produção e realização do valor, e que é necessariamente mediado pela pro-

2. Marx (1988, p. 126).

3. Veja-se, por exemplo, a referência irônica ao preço como “os olhos amorosos com que as mercadorias piscam ao dinheiro” (Marx, 1988, p. 97). São muitas e tão belas analogias que chamam a atenção. Sobre a paixão, esse sentimento mobilizador, conferir os belos ensaios contidos em *Os sentidos da paixão* (Novaes [org.], 2009).

dução de mercadorias. Vamos resgatar brevemente aspectos que consideramos centrais desse processo, buscando cotejar algumas poucas, porém importantes, alusões feitas por Marx acerca do Estado, fundo público e temas conexos neste trabalho maduro. O foco nesta primeira incursão é sistematizar o ponto de partida da análise marxiana, acompanhando seu movimento metodológico, de determinações mais simples para a totalidade concreta, ou, dito de outra maneira, de como a sociedade burguesa aparece na sua epiderme e se chega ao concreto pensado: a lógica interna do capital marcada pela busca desenfreada e aguerrida do valor.

Marx menciona como a sociedade burguesa se mostra como um grande arsenal de mercadorias, constituindo-se esta a marca aparente por excelência desse modo de produção. O caminho de Marx para desvelar essa aparência é bastante conhecido:⁴ ele mostra que a produção de mercadorias para o capital, se tem nos valores de uso e no trabalho concreto a sua base material, se orienta efetiva e contundentemente para a produção de valores de troca, ou seja, ao processo de valorização, no qual o trabalho humano comparece como trabalho abstrato, diga-se, como uma “gelatina indiferenciada” (1988, p. 67), como tempo de trabalho socialmente necessário, abstraindo-se as qualidades particulares do trabalho concreto. O que o capital persegue apaixonadamente é o acréscimo de valor que apenas a subsunção do trabalho ao capital e sua exploração no processo de produção, que conjuga ao mesmo tempo processo de trabalho e de valorização, podem concretizar. Para que capital e trabalho se defrontassem nas condições requeridas pelo mundo do capital — um processo de acumulação prévia de riquezas prontas para serem convertidas em forças produtivas capitalistas e “trabalhadores livres como os pássaros” — foi necessário um longo processo histórico, constituído a ferro, fogo e sangue, como mostra o Capítulo XXIV, sobre “A assim chamada acumulação primitiva” (Marx, 1982).

O núcleo central da contribuição marxiana para desvendar a essência da sociedade burguesa é, portanto, a lei do valor. Criadas as condições

4. E nossa pretensão no âmbito de um capítulo é uma sistematização breve. Para acesso a desenvolvimentos mais completos e densos, sugerimos: Mandel (1969); Harvey (1990), Netto e Braz (2006) e Iamamoto (2005, Capítulo I).

de oferta de força de trabalho e de sua exploração, o volume I, especialmente no tomo I, revela os caminhos do processo de produção de mercadorias e de valor. Assim, tem-se que a força de trabalho (capital variável), ao movimentar os meios de produção (capital constante fixo e circulante) — o que é uma potência exclusiva do trabalho no processo, mesmo quando a maquinaria é poupadora de força de trabalho⁵ — e produzir um determinado *quantum* de mercadorias, além de transferir o valor agregado em capital constante (fixo e circulante) e em capital variável (seu próprio salário) para o valor final das mercadorias, acresce a elas um valor a mais. A análise de Marx revela que o processo de valorização ocorre porque a força de trabalho não é remunerada pelo que produz, mas pelo cálculo social de suas necessidades de reprodução como tal, que variam historicamente com o desenvolvimento das forças produtivas, das necessidades sociais e da luta de classes, mas que estão abaixo do que as forças do trabalho transferiram e acrescentaram de valor ao produto final. Parte da jornada de trabalho é trabalho necessário, cobrindo as necessidades de reprodução da força de trabalho na forma de salários; outra parte é trabalho excedente, ou seja, mais-valia, valor acrescentado. A magnitude da exploração da força de trabalho no processo de produção está relacionada à luta de classes e ao desenvolvimento das forças produtivas, estas últimas implicando maior ou menor composição técnica e orgânica do capital. Esses dois elementos interferem em formas de extração de mais-valia enunciadas por Marx — a extensão da jornada de trabalho, com ampliação da parte excedente — a mais-valia absoluta — e/ou do processo de trabalho, produzindo mais em menos tempo — a mais-valia relativa. Segundo Marx, “o valor não traz escrito na testa o que

5. Fato que coloca em xeque as perspectivas, mesmo que diferenciadas, que apontam para o fim da centralidade do trabalho no momento presente em função dos avanços tecnológicos e da expulsão de força de trabalho do processo de produção. Nesse sentido, vale retomar Marx quando aponta: “a mais-valia não se origina das forças de trabalho que o capitalista substitui pela máquina, mas, pelo contrário, das forças de trabalho que ocupa com ela” (Marx, 1988, t. II, v. I, p. 31), intensificando a jornada dos que ficam, ou seja, incrementando a mais-valia relativa. Assim, a tecnologia torna-se uma força hostil ao trabalhador, um concorrente poderoso no contexto do capitalismo, com o que seu potencial emancipador fica subsumido a uma dinâmica essencialmente perversa. Esses argumentos que envolvem o lugar da ciência apropriada pelo capital são desenvolvidos por Marx no capítulo “Maquinaria e grande indústria”, do tomo II do volume I.

ele é" (1988, p. 72), sendo que sua natureza de produto do trabalho humano disfarçada sob o dinheiro é uma espécie de hieróglifo social a ser decifrado, ao lado da aparência de que se trata da relação entre coisas e não de uma relação social. Falamos aqui da importante referência marxiana ao fetichismo da mercadoria que marca a sociedade burguesa.

Neste mundo pseudoconcreto, repleto de claros-escuros de verdade e engano, como nos ensina Kosik (1986), uma tendência que se impõe a partir da busca desenfreada de valorização, e que não é visível e muitas vezes se mostra a partir de suas contratendências,⁶ é a da queda tendencial da taxa de lucros, resultante de um modo de produção que se move pela concorrência, fortemente fundada na introdução de tecnologias em busca do diferencial de produtividade do trabalho num mesmo ramo ou entre países (Mandel, 1982). Há, como uma tendência intrínseca à dinâmica deste modo de produção, segundo Marx (1982, t. I, v. III, p. 164-165), uma progressiva tendência de queda das taxas de lucro em função do decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, gerando uma composição orgânica crescentemente superior ao capital global. Trata-se da "proporção decrescente da própria mais-valia em relação ao capital global adiantado e, por isso, é independente de qualquer divisão que se faça dessa mais-valia em diferentes categorias". Marx quer alertar para o fato de que tal queda independe da repartição da mais-valia, já que opera no contexto de sua produção. Nosso autor também diferencia taxa de lucro e massa de lucro. A segunda pode estar em crescimento conjuntural apesar da operação da queda tendencial da taxa de lucros no médio prazo, gerando uma aparência de que este movimento essencial não ocorre. Na verdade, essa tendência não é mais contundente e profunda porque são desencadeadas "causas contrariantes", dentre as quais Marx destaca: a elevação do grau de exploração da força de trabalho; a introdução de novas tecnologias capital-intensivas, que impõem óbices imediatos pela intensa exploração da força de trabalho, mas operam mediatamente para a queda das taxas de lucro, o que implica uma profunda contradição; a compressão do salário abaixo do seu valor médio;

6. Já tive a oportunidade de fazer referência a este tema em Behring (1998).

o barateamento dos elementos do capital constante; o aumento da superpopulação relativa como pressão sobre os salários; e o comércio exterior. Vejamos a seguinte reflexão de Marx: "as mesmas causas que acarretam a queda da taxa geral de lucro provocam efeitos contrários, que inibem, retardam e em parte paralisam essa queda. Eles não anulam a lei, mas debilitam seu efeito. Sem isso, seria incompreensível não a queda da taxa geral de lucro, mas, pelo contrário, a relativa lentidão dessa queda. Assim, a lei só opera como tendência cujos efeitos só se manifestam de forma contundente sob determinadas circunstâncias e no decorrer de períodos prolongados" (1982, t. I, v. III, p. 181). E, vale dizer, existem dois elementos que também interferem nessa dinâmica: a resistência dos trabalhadores à exploração e a ação do Estado, seja por meio de sua capacidade de regulação, seja especialmente agindo sobre o processo de rotação do capital, considerando que o capitalismo é unidade entre produção e circulação para a realização do ciclo global, expresso em $D - M - D'$.

O fato é que há uma tendência de queda do valor das mercadorias, na medida em que se expulsa força de trabalho com a introdução de tecnologias. Contudo, os capitalistas individuais permanecem trabalhando com preços médios, o que gera superlucros aos que partem na frente. Ocorre que, na sequência, os demais buscam se recuperar nas relações concorrenciais adquirindo o novo padrão, equalizando a taxa de lucro num patamar de valor mais baixo e criando novas e mais fortes contradições: "a produção capitalista procura constantemente superar essas barreiras que lhe são imanes, mas só as supera por meios que lhe antepõe novamente essas barreiras e em escala mais poderosa. A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital" (Marx, 1982, t. I, v. III, p. 189).

Os "dramas" permanentes do capital e que implicam a sua "luta heroica" (Harvey, 1993, p. 170), considerando suas tendências de desequilíbrio e crise, são principalmente dois. Em primeiro lugar, produzir mais-valia não é necessariamente realizá-la, inclusive porque parcelas significativas da força de trabalho ficam de fora do circuito do consumo, especialmente no contexto de crise e de busca de melhores condições de exploração pelo capital, com a expansão do desemprego e da superpo-

pulação relativa. Para que a mais-valia se realize e a mercadoria acrescida de mais-valia se metamorfoseie em dinheiro (sendo ambos formas de valor), é necessário que haja a mudança de forma de M' para D' , processo que ocorre na circulação, o que aliás gerou historicamente a aparência de que a acumulação se produz nesse momento do ciclo, segundo a economia política clássica. Em segundo lugar, há a queda tendencial da taxa de lucros, referida anteriormente, sendo um processo que força a um conjunto de movimentos para que ela não se imponha como contradição nodal do mundo do capital.

A esta altura, o(a) leitor(a) deve estar se perguntando sobre a relação destas categorias ontológicas da economia política capitalista com o fundo público. Vejamos. O fundo público se forma a partir de uma punção compulsória⁷ — na forma de impostos, contribuições e taxas — da mais-valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções. O fundo público atua na reprodução do capital, retornando, portanto, para seus segmentos especialmente nos momentos de crise; e na reprodução da força de trabalho, a exemplo da implementação de políticas sociais. Em vários momentos de *O capital* os impostos aparecem como subformas da mais-valia (Ex.: Marx, 1982, t. I, v. III, p. 39). No entanto, se esta aproximação é pertinente nos tempos de Marx, ela é insuficiente para o contexto do capitalismo monopolista plenamente desenvolvido, considerando que o instrumento de punção é o sistema tributário, e que parte cada vez maior do fundo público é sustentada nos e pelos salários. Ou seja, o fundo público não se forma — especialmente no capitalismo monopolizado e maduro — apenas com o trabalho excedente metamorfoseado em valor, mas também com o trabalho necessário, na medida em que os trabalhadores pagam impostos direta e, sobretudo, indiretamente, por meio do

7. Observemos como Marx vê essa punção e sua relação com a produção de mais-valia: “A supressão de tais impostos não altera absolutamente nada no *quantum* de mais-valia que o capitalista extorque diretamente ao trabalhador. Ela modifica apenas a proporção em que o capitalista embolsa mais-valia ou precisa dividi-la com terceiros” (Marx, 1988, t. I, v. II, p. 115). Portanto, para Marx, a punção compulsória está relacionada à repartição da mais-valia socialmente produzida.

consumo, onde os impostos estão embutidos nos preços das mercadorias. Vamos sustentar, pelo exposto, que a exploração do trabalho na produção é complementada pela *exploração tributária* crescente nesses tempos de intensa crise e metabolismo do capital, formando o fundo público, especialmente em espaços geopolíticos nos quais as lutas de classes não conseguiram historicamente impor barreiras a sistemas tributários regressivos.⁸ E qual é o papel do fundo público na totalidade concreta, especialmente quando adquire proporções tão contundentes, como no período após a Segunda Guerra até os dias de hoje, contrariando os discursos ideológicos neoliberais em favor de um Estado mínimo?

Se retornarmos a Marx para encontrar pistas, pode-se inferir das suas reflexões que o fundo público atua constituindo “causas contrariantes” à queda tendencial da taxa de lucros, interferindo no ritmo da circulação de mercadorias e dinheiro, estimulando a metamorfose de um em outro, enfim, intensificando e mediando os ritmos do metabolismo do capital. Ou seja, o fundo público participa do processo de rotação do capital, tendo em perspectiva o processo de reprodução capitalista como um todo, especialmente em contextos de crise. Por outro lado, o fundo público realiza mediações na própria repartição da mais-valia — pelo que é disputado politicamente pelas várias facções burguesas, cada vez mais dependentes desta espécie de retorno mediado por um Estado, por sua vez, embebido do papel central de assegurar as condições gerais de produção (Mandel, 1982). No mesmo passo, participam também deste processo os trabalhadores retomando parte do trabalho necessário na forma de salários indiretos (políticas sociais) ou na forma de bens públicos de maneira geral, disputando sua repartição em condições desiguais, considerando a correlação de forças na sociedade e no Estado. Ressalta-se aqui a dimensão política deste processo, num contexto de hegemonia burguesa e de forte e sofisticada instrumentalização do Estado, em que pese não estarmos diante do “comitê executivo da burguesia” no sentido clássico.

Quando se fala em repartição da mais-valia socialmente produzida, considerando o papel do Estado no circuito do valor, tem-se em Marx que

8. Para um debate sobre o sistema tributário brasileiro e seu caráter regressivo, conferir o importante trabalho de Salvador (2010).

a repartição da mais-valia socialmente produzida (a substância que se esconde) se dá pela chamada fórmula trinitária, entre lucro, juro e renda da terra, ainda que Marx em várias passagens trate de outros segmentos que participam da repartição, como o capital comercial e o próprio Estado. Marx refere-se ao capital industrial como o representante de todos os participantes do butim (1982, t. I, v. II, p. 151) aos que acrescenta os “prebendados do Estado” (1982, t. I, v. II, p. 175), com sua paixão pelo gasto, citando Malthus, ou em outro momento do texto “o governo e seus funcionários” (1982, v. II, p. 311), conforme Marx. Vale dizer que, em alguns momentos, o fundo público em Marx comparece como uma espécie de fundo perdido, necessário para funções bastante limitadas, ainda que fundamentais para a reprodução ampliada do capital nas condições específicas do século XIX.

No contexto do capitalismo monopolista em sua fase madura e vivendo hoje uma profunda crise estrutural, o fundo público passou a se constituir como um elemento nem *ex ante*, nem *ex post* do processo de produção e reprodução capitalista, como se supõe que fosse ao período concorrencial,⁹ mas um componente *in flux* do mesmo, que está ali presente no ciclo $D - M - D'$. Sugerimos, partindo de Marx, observar a repartição da mais-valia em dois movimentos. Num primeiro movimento, o excedente se reparte em lucros, juros, renda da terra e fundo público, sempre lembrando aqui que o Estado se apropria também do trabalho necessário, diga-se, dos salários, via tributação, com o que o fundo público é um compósito de tempo de trabalho excedente e tempo de trabalho necessário. Mas essa repartição tem continuidade num segundo movimento: no retorno de parcelas do fundo público na forma de juro — o que sem dúvida nenhuma é a destinação predominante no tempo presente, de financeirização do capital (Chesnais, 1996; Toussaint, 1998) por meio dos mecanismos da dívida pública — mas também nas outras formas: pela via das compras e contratos estatais, oferta e regulação do crédito,¹⁰ pela com-

9. Aqui concordando com a caracterização de Oliveira (1998), com o qual mantemos um diálogo ao longo deste texto, mas não incorporando aqui a ideia de antivalor, como já podemos desenvolver em Behring (2008).

10. Observemos esta citação de Marx sobre o sistema de crédito: “com a produção capitalista constitui-se uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito, que, em seus primórdios, se insi-

plexa rede de relações público-privadas que se estabelece no capitalismo maduro, tendo em vista atuar no processo de rotação do capital, acelerando, interferindo nos ritmos da metamorfose $D - M - D'$, num contexto de monopolização do capital, no qual os automatismos do mercado efetivamente não funcionam para amortecer as tendências de crise e quando muda o lugar estrutural do Estado (Netto e Braz, 2006; Behring, 1998).

Voltemos a Marx para qualificar melhor a questão da rotação do capital. Quando o capital fica imobilizado em uma de suas formas M ou D , ele “não atua nem como formador de produto, nem como formador de valor” (1982, v. II, p. 35). Ao contrário, a velocidade maior ou menor dessa metamorfose interfere diretamente na escala da produção. A paralisação do ciclo, seja da produção ou da circulação de $D - M$ ou $M' - D'$, leva necessariamente a um contexto de crise, considerando que não é possível a transformação de D em D' sem a mediação da produção, em que pese “as nações de produção capitalista serem periodicamente assaltadas pela vertigem de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção” (1982, v. II, p. 44). Nesse sentido, é um objetivo central para a reprodução do processo como totalidade encurtar a rotação do capital. Segundo Marx,

quanto mais curto o período de rotação do capital — portanto, quanto mais curtos forem os períodos em que se renovam seus prazos de reprodução durante o ano —, tanto mais rapidamente se transforma a parte variável de seu capital, originalmente adiantada pelo capitalista em forma-dinheiro, em forma-dinheiro do produto-valor criado pelo trabalhador para repor esse capital variável (que além disso, inclui mais-valia); tanto mais curto é, portanto, o tempo pelo qual o capitalista precisa adiantar dinheiro de seu próprio fundo, tanto menor é, em proporção ao volume dado da escala de produção, o capital que ele adianta em geral; e tanto maior é relativamente

nua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em massas maiores ou menores pela superfície da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, mas logo se torna uma nova e temível arma na luta de concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais” (1982, t. II, v. I, p. 197). Vale notar que nos tempos de Marx não existia o crédito ao consumidor nas proporções atuais, o cartão de crédito e a grande diversidade de papéis envolvendo o crédito, o que mostra a grande sagacidade marxiana para perceber tendências.

a massa de mais-valia que, com dada taxa de mais-valia, ele extrai durante o ano, porque ele pode comprar mais frequentemente o trabalhador, sempre de novo com a forma-dinheiro de seu próprio produto-valor, e colocar seu trabalho em movimento (1982, v. II, p. 232-233).

A rotação do capital, segundo Marx, é esse movimento que se repete, envolvendo produção e reprodução, ou seja, o ciclo global, e que envolve produção e circulação. Cada capital individual é uma espécie de fração do ciclo global (1982, v. II, p. 261), que abrange o tempo de produção e o tempo de circulação. E esses tempos são determinados pela base material do processo produtivo e reprodutivo, diga-se, uma operação mais longa na produção e circulação implica mais riscos, exigindo suportes de crédito maiores, sendo que o Estado pode cumprir importante papel, e efetivamente vem cumprindo desde a “revolução keynesiana”, seja contratando essas operações, seja ofertando crédito, seja mediando complexas relações de crédito e débito, financiando a rotação por meio do endividamento público. Portanto, no ciclo do capital parte dele está sempre “em alqueive”, seja na forma de capital monetário, de estoques de matéria-prima, de capital-mercadoria não vendido, de créditos não vencidos, pronto para ser mobilizado. E a luta do capital pela sua perenidade é a luta pela diminuição do tempo de rotação: “quanto mais breve o tempo de rotação, tanto menor se torna essa parte em alqueive do capital, comparada com o todo; tanto maior se torna também, com as demais circunstâncias, a mais-valia apropriada” (Engels, 1982, t. I, v. III, p. 55). Se o principal meio de redução do tempo de rotação do capital é o aumento da produtividade do trabalho, entram aí também: o progresso das comunicações; o incremento do comércio mundial; e acrescentamos à importante contribuição de Engels neste momento de *O capital* o lugar estrutural do fundo público como suporte à rotação mais rápida em contexto de ampliação dos riscos dos investimentos, pelos efeitos da compressão espaço-temporal produzida pela busca da diminuição do tempo de rotação, como bem aponta Harvey (1993). No volume III (1982, t. II, p. 53), Marx faz uma referência ao crédito como o regulador da velocidade da circulação, o que interfere na rotação do capital, mas submete o processo como um todo a uma espécie de hipersensibilidade à crise, consi-

derando os processos especulativos e o caráter fictício que parte desses créditos na forma de letras e papéis pode adquirir.

Para finalizar esta seção — voltando a dizer que se trata de uma aproximação ainda parcial que pretendemos desenvolver num esforço de maior fôlego — cabem algumas palavras sobre o crescimento da importância do fundo público para a sustentação do modo de produção capitalista. A chave heurística para uma reflexão sobre o fundo público reside na seguinte afirmação de Marx:

Mas cada forma histórica determinada desse processo desenvolve ulteriormente os fundamentos materiais e as formas sociais do mesmo. Tendo uma vez chegado a certo grau de maturidade, a forma histórica determinada é removida e dá lugar a uma mais elevada. Que o momento de tal crise tenha chegado mostra-se assim que a contradição e a oposição entre as relações de distribuição e, por isso, também, por um lado, a configuração historicamente determinada das relações de produção que lhes correspondem, e por outro, as forças produtivas, a capacidade de produção, e o desenvolvimento de seus agentes, ganhe em amplitude e profundidade. Surge então um conflito entre o desenvolvimento material da produção e sua forma social (1982, t. II, v. III, p. 315).

O crescimento e as funções cada vez mais centrais do fundo público no capitalismo contemporâneo denotam o acirramento do conflito ao qual se refere Marx, socializando os custos cada vez mais elevados do capitalismo em sua fase madura, destrutiva e com confirmações factuais do esgotamento de sua capacidade civilizatória. Evidentemente, a remoção desta forma histórica não está relacionada a qualquer automatismo do desenvolvimento das forças produtivas. Como fato histórico com sua hemorragia de sentidos (Bensaid, 1999), esse processo depende das relações sociais, ou seja, das incidências da luta de classes.

2. Crise do capital e hipocrisia: o lugar do fundo público revelado

Prosseguindo nossa perseguição ao papel do fundo público no capitalismo em geral, nesta seção vamos desenvolver elementos sobre o

momento presente, desenvolvendo uma caracterização da crise que vem se aprofundando desde 2008/2009.¹¹ Essa inferência visa esclarecer o quanto prevalece o pragmatismo burguês, quando se trata de sua sobrevivência. Melhor dizendo, cabe revelar a hipocrisia do discurso da crise do ou no Estado que veio atravessando esses anos de contrarreforma do Estado e de, ao contrário do anunciado, crescimento exponencial do fundo público. Na verdade, observa-se uma redefinição do lugar do setor público e do fundo público no contexto dos ajustes contrarreformistas e que implicaram o crescimento do seu lugar estrutural no processo *in flux* de produção e reprodução das relações sociais, conforme discutimos na seção anterior.

O acompanhamento das discussões sobre a crise de 2008-2009, cujos desdobramentos estão longe de serem debelados, como revelam os acontecimentos na Grécia, Portugal, Espanha e Romênia, nos mostra discursos sobre a crise, numa espécie de disputa de destino que se instaurou desde a sua eclosão. De que crise eles falam? Para os intelectuais liberal-burgueses mais ortodoxos a crise é nitidamente uma espécie de “lipoaspiração” do sistema capitalista, um ajuste inevitável advindo dos mecanismos naturais do mercado ao qual se sucederá a recuperação do equilíbrio, tendência na qual os liberais depositam sua fé inabalável desde a Lei de Say. Para tanto, é fundamental que haja redução de custos — nas empresas e especialmente no Estado — e todos façam o seu dever de casa. Sim, porque a crise é de todos e a saúde exige o sacrifício de todos também, o que confirma as importantes teses de Mota (1995) acerca de uma cultura da crise. Temos então uma disfunção passageira, segundo essa tese, que ademais é o argumento de ferro dos liberais.

Para os keynesianos — e “muitos governos, empresários e intelectuais orgânicos da burguesia dormiram neoliberais e acordaram keynesianos após a falência do Lemon Brothers” (notas da intervenção de Valério Arcary, São

11. Partimos aqui de intervenções realizadas na Semana do Assistente Social em vários eventos de 2009, com especial destaque para a que fizemos no Maranhão, compartilhando uma mesa de debates extremamente instigante e inspiradora com Valério Arcary. Estes elementos foram sistematizados para o Seminário Nacional do Procad UnB, UERJ, UFSC e UFRN, realizado na UERJ, em 28 e 29 de março de 2010.

Luís, 2009), que foi uma espécie de catalisador desta crise recente, num verdadeiro processo de reconversão — a crise é de falta de regulação, como se a desregulamentação tivesse sido uma espécie de capricho, de revanche liberal irresponsável. O processo de desregulamentação permitiu nos últimos anos, com o ascenso dos neoliberais, a presença de investidores gananciosos e inescrupulosos, exponenciando o capital fictício e a concessão irresponsável de créditos, em especial os empréstimos *sub-prime* — para casa própria de assalariados de baixa renda: as chamadas hipotecas tóxicas. Então, nessa perspectiva, a crise seria de excesso de crédito sem escopo por parte dos devedores, gerando inadimplência e incapacidade dos bancos e instituições financeiras de sustentar essa grande oferta em condições de inadimplência. A saída da crise estaria, portanto, condicionada a fortes doses de regulação, o que Katz (2008) chama de “fantasia da regulação”.

A hipótese explicativa da crise que oferecemos neste texto, num diálogo com vários analistas, parte da tradição marxista. Assim, a crise não é uma disfunção ou um problema de regulação, mas é parte constitutiva do movimento contraditório do capital. Nenhum automatismo do mercado leva à situação de equilíbrio, como insistem os liberais mais aguerridos numa atitude nitidamente ideológica; e mesmo a regulação keynesiana tem grandes limites de estabelecer controles no capitalismo maduro, incontável, como nos diz Mészáros (2002). Harvey (2004) fala de um processo de acumulação por espoliação avançando inclusive sua reflexão anterior sobre a acumulação flexível, apanhando determinações mais profundas desse momento histórico. A saída keynesiana da crise de 1929 propiciou os trinta “Anos Gloriosos” nas condições geopolíticas e econômicas específicas do pós-guerra, mas o deslocamento regressivo a partir dos anos 1970 mostrou claramente o esgotamento daquele período. A onda longa expansiva não resistiu aos movimentos de concorrência acirrados diante da queda da taxa de lucros em fins dos anos 1960, quando se equalizam as taxas de lucro, engendrando um longo período com tônica de estagnação, segundo a fecunda análise de Mandel (1982).

Estamos, pois, mergulhados nos últimos quarenta anos nessa dinâmica, com recuperações breves sempre muito comemoradas pelos arautos

do sistema, mas em meio a uma tendência geral de baixo crescimento. Isso ocorre apesar da grandiosa reação burguesa desencadeada por meio da combinação entre reestruturação produtiva acompanhada da quebra da espinha dorsal do movimento dos trabalhadores acima e abaixo da linha do Equador; neoliberalismo, com a contrarreforma do Estado por via dos chamados ajustes estruturais; e mundialização do capital, com a deslocalização de empresas, deslocamento do investimento externo direto, política concentradora de patentes, espriar de relações capitalistas pelos antigos espaços do “socialismo real”, a exemplo da China, o que alguns vêm chamando de restauração capitalista, entre outros intensos movimentos, como nos mostra o importante trabalho de Chesnais (1996), entre outros.

Se essa reação burguesa propiciou alguma retomada das taxas de lucro, não houve a retomada das taxas de crescimento, ou seja, não adentramos num ciclo virtuoso de crescimento do emprego e da renda. Por outro lado, a retomada das taxas de lucro deu-se a partir de uma dinâmica de excesso de liquidez de capitais, ou seja, azeitando as instituições financeiras, sem dúvida as que mais se beneficiaram desse processo. As estimativas que vêm das análises econômicas falam de um PIB mundial de aproximadamente 55 a 60 trilhões de dólares e de um volume de capitais fictícios que pode chegar a 550 trilhões de dólares. Isso nos diz da natureza dessa crise: uma crise de abundância de capitais, de superacumulação, em que grandes volumes de capitais não encontram caminhos de valorização, embora os busquem desesperadamente e com rentabilidade máxima no contexto de um capitalismo tóxico, nos termos de Husson (2008), inclusive penetrando em territórios antes não tão mercantilizados, a exemplo da educação, da saúde e da previdência, fortemente mercantilizados neste últimos anos.¹² Esses capitais encontram refúgio na atividade financeira com a punção de capitais na forma de dinheiro, mas aí também passam a encontrar limites, já que a expansão fictícia de capitais sem lastro na economia real vai encontrando dificuldades para pros-

12. O que Mandel (1982) caracteriza como um processo de supercapitalização, como tendência que se impõe no capitalismo maduro (tardio).

perar. Vale dizer que boa parte da população mundial encontra-se desempregada e desmonetarizada, o que leva também a uma situação de superprodução, atingindo duramente a chamada “economia real”, em que efetivamente ocorre a produção de valor, especialmente os setores de bens duráveis: imóveis, automóveis, bens de consumo durável, móveis. Trata-se de uma lição acelerada de capitalismo, conforme Katz (2008), no ápice de uma onda longa de tonalidade depressiva.

Quando estourou a crise muitos analistas fizeram comparações com 1929-1932. Não obstante a tentação seja grande, é importante chamar a atenção para o fato de que o contexto em que essa crise se desenvolve é bastante diferente daquele. Hoje há interdependência e entrelaçamento entre capitais bem maiores, bem como ocorre uma coordenação entre os bancos centrais dos Estados Unidos, Europa e Ásia que não existia no início do século XX. Os países tinham mais autonomia para estabelecer políticas protecionistas, o que a lógica da mundialização pouco permite atualmente, como mostra a situação da Grécia, amarrada na camisa de força do euro, o que expõe o projeto da União Europeia a uma forte crise. Katz (2008), um dos analistas mais consistentes dessa crise do ponto de vista crítico, chama a atenção para o fato de que uma confrontação bélica precedeu e sucedeu a crise de 1929-1932, o que também estabelece diferenças. As guerras localizadas tiveram o seu papel ao longo de todo o período de expansão (nesse caso a Guerra Fria cumprindo um papel fundamental) e mantêm essa importância na estagnação (a “guerra contra o terror”, hoje elogiada pela apologética de Hollywood). Contudo, não se vislumbra nas melhores análises a queima de forças produtivas de forma tão contundente e abrangente em curtíssimo prazo, em que pese o quadro de médio e longo prazo não sugerir que essa hipótese deva ser descartada, pelo contrário.

A explicação marxista da crise, que nos orienta nesta análise, a localiza menos na fantasmagoria financeira, com seu fetichismo exponenciado ainda que exista a superacumulação e que ela seja seu elemento detonador. Para Husson (2008, p. 3), a eclosão da crise é uma chamada à ordem da lei do valor. Segundo ele: “Os títulos financeiros são um direito em conta sobre a mais-valia produzida. Enquanto não se exerce esse direito,

tudo segue sendo virtual. Porém, quando ele se faz valer, se descobre que está submetido à lei do valor, o que consiste em dizer simplesmente que não se pode distribuir mais riqueza real do que a que foi produzida". A base material mais profunda da crise, portanto, está localizada na defasagem crescente entre um restrito poder de consumo, centrado no consumo de luxo fortemente destrutivo, frente a uma expansão crescente da produção, o que foi alimentado em um ambiente competitivo acirrado para incrementar as taxas de exploração. Falamos aqui da ofensiva sobre a força de trabalho, baixando o salário — na maior parte dos países caiu a renda do trabalho como proporção do PIB no contexto da reação burguesa —, desempregando massivamente e reconstituindo a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. Trata-se da redução de custos, o que tem impactos sobre o emprego, o salário e o consumo. Acrescenta-se aí mais um pilar da crise que foi o encarecimento das matérias-primas, processo este incentivado pelos especuladores, encarecendo o abastecimento básico, a exemplo dos alimentos, o que ameaça cerca de 1,3 bilhão de pessoas no mundo hoje, especialmente na periferia do capital (Katz, 2008).

Nesse momento histórico em que superprodução e superacumulação encontram-se de forma combinada e explosiva, constituindo-se como o ápice de uma onda longa com tonalidade de estagnação, qual é o impacto sobre o fundo público? As instituições financeiras exigiram o socorro público para restaurar a confiança nos mercados, adquirindo títulos depreciados, para revalorizá-los e revendê-los; imprimindo dinheiro — inclusive tornando a inflação um mal menor, diferentemente do discurso anterior à crise. Nos Estados Unidos, o governo Bush injetou, com o primeiro pacote amplamente divulgado na imprensa, US\$ 700 bilhões para conter o pânico bancário desencadeado pela crise do crédito imobiliário. Mas fala-se em suportes da ordem de US\$ 1 trilhão nos Estados Unidos. O governo do Japão injetou US\$ 10 bilhões e os governos da União Europeia seguiram pelo mesmo caminho, inclusive com a ampliação arriscada do endividamento público, que agora cobra seu preço em alguns países. No Brasil, além de um anunciado pacote inicial de 13 bilhões das reservas brasileiras, em 2009, o BNDES liberou R\$ 12 bilhões de reais para

as 20 maiores corporações agroindustriais — que demitiram cerca de 100 mil trabalhadores — para conter os efeitos da crise internacional, no mesmo passo em que assegurou apenas R\$ 20 milhões em linhas de crédito para os assentamentos de reforma agrária, como denunciava o MST no ano passado. Mas esses foram apenas os primeiros movimentos entre nós.¹³

Façamos uma reflexão retomando alguns elementos da seção anterior. Vimos que o fundo público se forma a partir de uma punção compulsória — na forma de impostos, contribuições e taxas — da mais-valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções de reprodução do capital e da força de trabalho. O instrumento de punção essencialmente é o sistema tributário, e parte maior ou menor do fundo público, a depender da correlação de forças entre as classes — que tem sido desfavorável ao campo do trabalho — é sustentada pelos salários. Ou seja, vimos também que o fundo público não se forma apenas com o trabalho excedente metamorfoseado em mais-valia, mas também com o trabalho necessário. Nossos estudos e discussões no Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS/UERJ) vêm indicando que a exploração ampliada do trabalho — com indicadores generalizados de queda da massa salarial como parte dos PIB dos países — na produção é complementada pela exploração tributária crescente. No Brasil, por exemplo, a tributação pesa em mais de 60% sobre o trabalho, como nos mostra Salvador (2010, p. 205-229), sendo que desde o Plano Real a carga tributária aumentou de 29% para 35% do PIB até 2007.

Neste passo, observa-se que os impactos da crise do capital sobre o fundo público se dão em duas dimensões. Primeiro, na sua formação, implicando "reformas" tributárias regressivas, à medida que o fundo público se torna vital numa perspectiva anticíclica, diga-se, de contenção da crise, e implicando também o desencadeamento de mecanismos de

13. Para uma análise sobre o Brasil, conferir os trabalhos de Boschetti e também de Salvador nesta coletânea.

renúncia fiscal para o empresariado, para “proteger o emprego”. Segundo, na sua destinação. De que maneira? Adquirindo ativos das empresas “adoecidas” também sob o argumento de proteger o emprego, apropriando-se de recursos de reprodução do trabalho para sustentar essa movimentação; interferindo diretamente nos processos de rotação do capital, tendo em vista propiciar a sua valorização de forma mais acelerada, por meio de parcerias público-privadas (mecanismo fundamental que forma a base do Plano de Aceleração do Crescimento no Brasil), contratos e compras estatais; pelo fornecimento de crédito; dentre outros expedientes. Esses são movimentos que mostram que o fundo público tem um papel estrutural no circuito do valor, criando contratendências à queda das taxas de lucro, atuando permanente e visceralmente na reprodução ampliada do capital. Os números da mais recente crise são contundentes, tanto quanto os indicadores do empobrecimento generalizado das maiores, especialmente na periferia do mundo do capital, além do desemprego em expansão em todas as quadras do mundo, inclusive na China que vinha mantendo sua economia “aquecida”.

Pequena nota conclusiva

Após esse percurso, que mais enuncia caminhos de aprofundamento da pesquisa do que propriamente oferece respostas conclusivas, é possível fazer algumas anotações finais. Salta aos olhos a atualidade dos aportes marxianos, ponto de sustentação decisivo dos argumentos críticos enquanto perdurar o capitalismo como relação econômico-social. Contudo, o tempo presente exige que se aprofunde a pesquisa factual e teórica, para que possamos apanhar as mediações que atravessam a totalidade concreta, buscando-as com a poderosa bússola de Marx, mas indo além dele. Este é o caso do tema do fundo público que opera por uma gama ampla de ações de maior ou menor envergadura, incidindo sobre a rotação do capital, tanto no tempo de trabalho quanto no tempo de circulação, amortecendo as tendências de crise de superacumulação e superprodução, estimuladas pela queda tendencial da taxa de lucros, e contidas por suas causas contrariantes numa espécie de paradoxo permanente. Ao se cons-

tituir como um elemento cada vez mais estrutural e central na reprodução do processo global, o fundo público mostra também que chegamos a uma espécie de ponto sem volta, no qual a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção apresenta-se da forma mais dramática, constituindo a sua alocação perversa para o capital em vez de uma destinação para a proteção das maiorias trabalhadoras, a expressão mais contundente deste drama. A crise em curso apresenta saídas capitalistas regressivas e bárbaras, socializando seus custos, a exemplo da forte ofensiva contra os salários e os direitos sociais, talvez ainda maior que a dos anos de emersão do neoliberalismo, especialmente nos países onde esses direitos tiveram mais consistência e força em função da configuração da luta de classes. Esta última afirmação nos leva a concluir nossa contribuição neste texto: a disputa de destino engendrada pela crise do capital mais que nunca requisita a presença na cena pública e política — no sentido gramsciano da grande política — dos trabalhadores. A saída da crise só poderá ser civilizatória se o chamado dos trabalhadores gregos para os demais ressuscitar a velha toupeira: “Trabalhadores da Europa: levantem-se”.

Referências bibliográficas

- BEHRING, Elaine Rossetti. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine R.; SANTOS, Silvana Mara M.; MIOTO, Regina T. (Org.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.
- BENSAID, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HUSSON, Michel. El capitalismo tóxico. *Viento Sur*, n. 101, nov. 2008.

IAMAMOTO, Marilda. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KATZ, Cláudio. Lección acelerada de capitalismo. *Rebelión*, 4 out. 2008.

KOSIK, Karen. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *Tratado de economia marxista*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1969. v. I e II.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1988. t. I e II, v. I.

_____. São Paulo: Abril Cultural, 1982. v. II.

_____. São Paulo: Abril Cultural, 1982. t. I e II, v. III.

MÉSZÁROS, Itzván. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo; Unicamp, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOVAES, Adauto (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SALVADOR, Evilásio. *Fundo público e seguridade social*. São Paulo: Cortez, 2010.

TOUSSAINT, Eric. *Deuda externa en el Tercer Mundo: las finanzas contra los pueblos*. Caracas: Nueva Sociedad, 1998.

2

Crise do capital e o socorro do fundo público

Evilásio Salvador*

Introdução

O fundo público ocupa um papel relevante na articulação das políticas sociais e na sua relação com reprodução do capital. A presença dos fundos públicos na reprodução da força de trabalho e gastos sociais é uma questão estrutural do capitalismo (Oliveira, 1998). Existe uma miríade de formas de gastos sociais e de financiamento, incluindo a questão da manutenção e da valorização dos capitais pela via da dívida pública. A formação do capitalismo seria impensável sem a utilização de recursos públicos.

No capitalismo contemporâneo, os juros da dívida pública pagos pelo fundo público ou a conhecida despesa “serviço da dívida” do orça-

* Economista, Doutor em Política Social. Professor do Departamento Serviço Social e da Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Seguridade Social e Trabalho (GESST).